

DENISE ROTHENBURG
deniserothenburg.df@dabr.com.br

Haddad, o equilibrista

Os parlamentares dão como certa a derrubada da reoneração da folha. Se não for por uma nova medida provisória, será na comissão especial, assim que for colocada para análise. Os líderes de vários partidos estão se mobilizando para isso.

Enquanto isso, no Planalto...

A aposta do governo é alavancar a economia, seja com o Desenrola PJ, que vem por aí para facilitar a vida dos pequenos empresários, seja a nova política industrial. Só tem um probleminha: o mercado ainda não engoliu, haja vista a subida do dólar. Há o receio de que o PT repita os financiamentos à produção para atender os amigos.

... e no Bandeirantes...

O governador de São Paulo, Tarcísio de Freitas, é quem está ajudando — e muito — a fechar o apoio de Jair Bolsonaro ao prefeito da capital, Ricardo Nunes. Com a saída de Marta Suplicy do secretariado do município, resta a Nunes abraçar Bolsonaro e todos aqueles que querem distância de Guilherme Boulos (PSol).

Ela e eles

Tabata Amaral, do PSB, é vista como a única pré-candidata que tira votos de Boulos e de Nunes. Se conseguir ultrapassar um dos dois, terá a faca e o queijo na mão para vencer a disputa.

Tempestades à frente

O veto do presidente Luiz Inácio Lula da Silva às emendas de comissão ao Orçamento da União abre mais uma temporada de dificuldades entre o Palácio do Planalto e os congressistas, especialmente por se tratar de um ano eleitoral. A desconfiança entre ministros e parlamentares é mútua. Os congressistas veem no Programa de Aceleração do Crescimento (PAC) uma tentativa de o governo alavancar o PT e projetar o partido, rumo às eleições deste ano e às de 2026. O governo considera que os deputados querem as emendas de comissão para cuidar da própria vida nas bases eleitorais, desprezando o que Lula vê como as necessidades prementes do país.

O Congresso só volta a funcionar, de fato, depois do carnaval. Até lá, os dois se entendem ou o Parlamento vai ligar novamente o rolo de derrubar vetos. E o das emendas encabeça a fila, uma vez que não houve acordo sobre os vetos da ordem de R\$ 5 bilhões.



CURTIDAS

Rodolfo Loepert/PCR



Muita calma nessa hora/ Candidato à reeleição, o prefeito de Recife, João Campos (foto), só definirá o candidato a vice em março. Como o carnaval pernambucano só acaba quando termina fevereiro — e olhe lá —, o partido acredita que será possível segurar essa decisão. Pressão petista/ O PT quer indicar o vice, mas o PSB prefere avaliar muitas opções. Afinal, são vários partidos que apoiam e não dá para chegar com um pacote pronto para quem o PSB quiser atrair para essa construção.

Momentos finais/ Se tem algo fechado na recandidatura de João Campos é que a atual vice-prefeita, Isabella de Roldão (PDT), não será a companheira de chapa. A ideia é colocar alguém com mais estofamento político, uma vez que o prefeito não pode concorrer a um novo mandato.

O abre-alas da pré-campanha municipal.../ ...será em Brasília, capital da República e sem eleição este ano. A cidade vai sediar o 5º Reboot, seminário que reunirá os especialistas do marketing político, dias 29 de fevereiro e 1 de março, no auditório da UnB. Figuras como Pablo Nobel, que deve fazer a campanha de Tabata Amaral para prefeita da capital paulista, confirmou presença. Ele fez a campanha do presidente Javier Milei, na Argentina, e do governador de São Paulo, Tarcísio de Freitas.

PODER

TRE julga Moro em fevereiro

Expectativa era de que começasse esta semana. Mas voto ainda não está fechado e corte terá alterações, com a troca de juízes

» EVANDRO ÉBOLI

O julgamento da ação do PT e do PL contra o senador Sérgio Moro (União Brasil -PR) por abuso de poder econômico na pré-campanha de 2022, deverá levado ao plenário do Tribunal Regional do Paraná (TRE-PR) somente em fevereiro. Havia a expectativa de que começa a ser analisada nesta semana, mas o relator do caso, juiz Luciano Carrasco Falavinha de Souza, não concluiu o voto. O processo que pode levar à cassação do mandato do ex-juiz da Operação Lava-Jato ainda não foi pautado.

A corte eleitoral paranaense está passando por mudanças. O juiz Thiago Paiva Santos está deixando o TRE-PR, uma vez que seu mandato de dois anos se encerrou ontem. Segundo a assessoria do tribunal, mesmo com a saída, as sessões continuarão a ocorrer normalmente.

Além da saída de Paiva Santos, os mandatos dos juízes substitutos José Rodrigo Sade e Roberto Aurichio Junior se encerram no próximo sábado. Tais desfalques prejudicam os trabalhos da corte, o que dá mais algum tempo para a defesa de Moro elaborar seus argumentos.

Mas o senador tem pela frente uma preocupação e uma ameaça concreta a seu mandato de senador. A indicação do substituto de Paiva Santos no TRE-PR cabe ao presidente Luiz Inácio Lula da Silva. O Tribunal Superior Eleitoral elabora uma lista tríplice e a encaminha ao Palácio do Planalto para que o nome seja escolhido. O TSE, por sua vez, só retoma as atividades no início do próximo mês.

Moro é acusado, tanto pelo PT como pelo PL — os dois partidos são os autores da ação — de ter realizado gastos irregulares

ainda na pré-campanha, quando o ex-juiz pretendia disputar a Presidência da República. Ele teria feito gastos milionários com a produção de vídeos e publicidade, pesquisas eleitorais, veículo blindado e consultoria jurídica, entre outras despesas.

Os dois partidos têm interesse na cassação do mandato de Moro, uma vez que, caso ele perca o mandato, uma nova eleição terá de ser realizada. O PL pretende lançar a ex-primeira-dama Michelle Bolsonaro à disputa, assim como o PT avalia indicar a presidente do partido, a deputada Gleisi Hoffmann.

No depoimento que prestou ao TRE-PR, em dezembro, o ex-ministro da Justiça do governo de Jair Bolsonaro disse que as ações contra ele são um “castelo de cartas” e que, quando se esmiúça o processo, trata-se de um “monte de nada”.

“Quando se vai ver os detalhes deste caso, o que você tem é um monte de nada. É um grande castelo de cartas que começamos a desmontar hoje. Todos os gastos que foram feitos são gastos declarados”, afirmou o senador, à época.

Pelas redes sociais, Moro se mantém na ofensiva contra o governo com posts que ligam Lula à corrupção e aos resultados da Lava-Jato. O mais recente se refere aos comentários do presidente durante o relançamento das obras da refinaria Abreu e Lima, em Pernambuco, na semana passada.

“Os velhos erros de sempre: Lula retoma suas acusações infundadas contra a Lava-Jato, adota uma postura desvinculada da realidade e, seguindo a cartilha do populista latino-americano, culpa os Estados Unidos”, publicou no X (antigo Twitter). (Colaborou Fabio Grecchi)

Roque de Sá/Agência Senado



Em depoimento, Moro disse que a ação contra ele é “um monte de nada” e um “castelo de cartas”

» Milícias digitais: inquérito estendido

O ministro Alexandre de Moraes, do Supremo Tribunal Federal (STF), prorrogou por mais 90 dias o inquérito das milícias digitais, que investiga a atuação de grupos organizados na internet para atacar a democracia. O argumento é que há “diligências ainda pendentes”, mas não especificou quais. É a nona vez que o prazo para conclusão da investigação é estendido. O magistrado atendeu à solicitação do delegado Fábio Alvarez Shor, que conduziu o inquérito, que pediu, em dezembro, mais tempo para a conclusão. A investigação foi aberta a partir do compartilhamento do material colhido no inquérito dos atos antidemocráticos. A suspeita é a de que apoiadores de Jair Bolsonaro tenham se organizado nas redes sociais para incentivar ataques contra as instituições democráticas.

Lewandowski é nomeado e assume dia 1º

O ministro aposentado do Supremo Tribunal Federal (STF) Ricardo Lewandowski foi nomeado, ontem, ministro da Justiça e Segurança Pública. O decreto presidencial foi publicado em edição extra do *Diário Oficial da União (DOU)*. Segundo o ato, ele passará a exercer o cargo em 1º de fevereiro.

A data em que Lewandowski assumirá de fato o posto estava definida desde que o presidente Luiz Inácio Lula da Silva o confirmou para a pasta. Até lá, o ministro Flávio Dino segue no comando

da Justiça — ele assumirá a 11ª cadeira no STF em 22 de fevereiro.

Desde que Dino foi indicado para uma vaga no Supremo, em 27 de novembro do ano passado, Lewandowski era o favorito para comandar a Justiça. Ele pretendia começar uma temporada de trabalho mais tranquila e aproveitar mais a família, após deixar a Corte em abril de 2023. No entanto, recebeu incentivo de amigos e da própria família para aceitar o convite de Lula.

Com a saída de Dino e a entrada

de Lewandowski, o Ministério da Justiça poderá ganhar atuação mais discreta. Em conversas reservadas, aliados de Lula afirmam que o ex-presidente do STF não tem o mesmo perfil de enfrentamento de Dino, que protagonizou vários confrontos com apoiadores do ex-presidente Jair Bolsonaro em audiências no Congresso.

A relação do presidente com o ministro aposentado da Suprema Corte é de confiança pessoal. Ele foi um dos principais interlocutores de Lula no Judiciário até

2023, quando completou 75 anos e precisou se aposentar.

Lewandowski definiu os principais quadros da sua equipe na Justiça. O atual secretário nacional de Segurança Pública, Tadeu Alencar, um ex-deputado do PSB de Pernambuco, dará lugar ao chefe do Ministério Público de São Paulo (MP-SP), Mário Sarrubbo. Egresso da militância política e partidária no PCdoB, o jornalista Ricardo Cappelli será substituído na Secretaria Executiva pelo advogado Manoel Carlos de Almeida Neto.